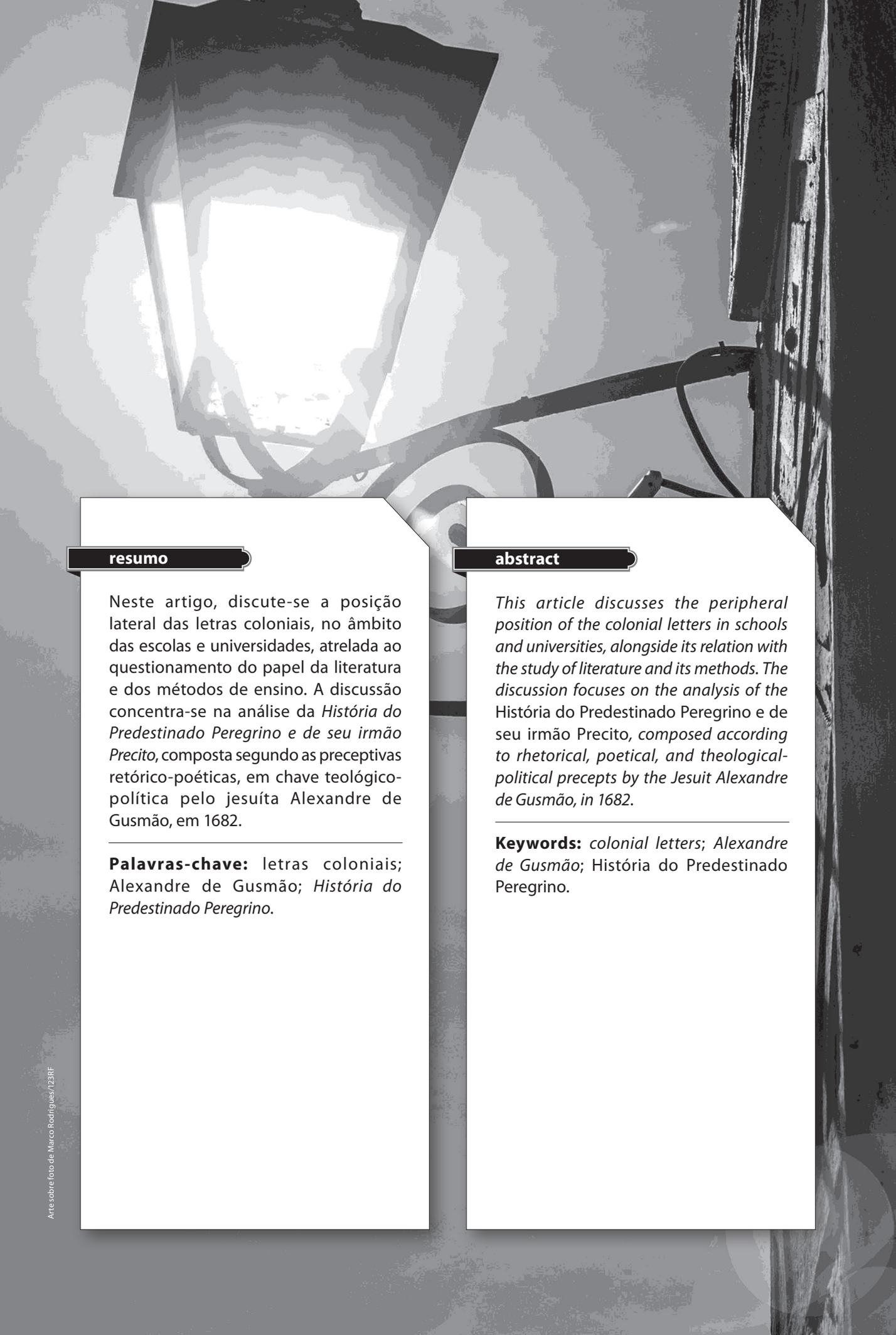




Marco Rodrigues/123RF

**O que a "primeira novela brasileira"
pode nos dizer sobre o papel das letras
coloniais no estudo de literatura?**

Marcus De Martini



resumo

Neste artigo, discute-se a posição lateral das letras coloniais, no âmbito das escolas e universidades, atrelada ao questionamento do papel da literatura e dos métodos de ensino. A discussão concentra-se na análise da *História do Predestinado Peregrino e de seu irmão Precito*, composta segundo as preceptivas retórico-poéticas, em chave teológico-política pelo jesuíta Alexandre de Gusmão, em 1682.

Palavras-chave: letras coloniais; Alexandre de Gusmão; *História do Predestinado Peregrino*.

abstract

This article discusses the peripheral position of the colonial letters in schools and universities, alongside its relation with the study of literature and its methods. The discussion focuses on the analysis of the História do Predestinado Peregrino e de seu irmão Precito, composed according to rhetorical, poetical, and theological-political precepts by the Jesuit Alexandre de Gusmão, in 1682.

Keywords: colonial letters; Alexandre de Gusmão; *História do Predestinado Peregrino*.

O

estudo das chamadas “letras coloniais” ou, como costumeiramente se designa, da “literatura colonial brasileira”, hoje, tanto na academia, quanto na escola, ocupa um lugar periférico. O mesmo se percebe nos eventos da área de literatura. Aos poucos, as disciplinas desaparecem e, com elas, os alunos

interessados em prosseguir estudos nessa área na pós-graduação. Sabemos que o que se estuda na academia é sempre contingenciado pelas novas correntes críticas, o que é natural. E, nos últimos anos, a emergência e dominância dos chamados “estudos culturais”, em especial, como também de outras vertentes teóricas que se interessam mais pela literatura do século XX e, sobretudo, pela atual, acentuaram esse apagamento, que, por extensão, chega à escola.

Afora essa questão de cunho mais histórico, há também uma questão de caráter metodológico e curricular mais ampla: como estudar literatura? Por onde começar? É pre-

ciso adotar necessariamente um viés diacrônico? O que um estudante de letras deveria saber sobre literatura? O que um aluno da escola precisaria conhecer? Todas essas são questões que perpassam – ou deveriam perpassar – o trabalho de um professor de literatura. Responder a cada uma delas é, hoje, algo necessariamente polêmico. É, ao mesmo tempo, uma preocupação que tem algo de quixotesco, haja vista que, talvez para a maioria das pessoas, isso não tem lá muita importância. Ou é algo necessariamente ultrapassado. E não descarto a hipótese, sem algum desalento, de que o seja...

Não quero aqui dar respostas definitivas, por total incapacidade de fazê-lo e pelo caráter ensaístico e precário do presente texto, cujas ideias decorrem de pesquisas ainda em andamento. Quero apenas colocar algumas questões que podem ser de algum interesse para discussões sobre ensino de literatura em geral e sobre o estudo das letras coloniais

MARCUS DE MARTINI é professor do Departamento de Letras Vernáculas da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

em particular, no Brasil, em âmbito acadêmico¹. Para tal, vou abordar uma obra que julgo hoje praticamente ilegível, intragável, para a maioria dos leitores (e me incluo entre eles, pois estaria mentindo se dissesse que tive enorme prazer lendo-a...): a *História do Predestinado Peregrino e de seu irmão Precito*, do jesuíta Alexandre de Gusmão (1629-1724)². Farei então, inicialmente, uma exposição de alguns elementos da obra, para, em seguida, esboçar algumas linhas de reflexão sobre ela e seu possível interesse.

ACERCA DA OBRA

A *História do Predestinado Peregrino e de seu irmão Precito*³ foi escrita pelo jesuíta Alexandre de Gusmão em 1682. Teve algumas edições à época, antes de cair no esquecimento, até ser recentemente reeditada por Massimi (2012)⁴. Gusmão, na verdade, é um nome mais conhecido entre os que estudam a história do ensino no Brasil. O jesuíta foi responsável pela criação do primeiro internato brasileiro, em Belém da Cachoeira (BA), e de diversas obras de cunho catequético (Leite, 1993; Freitas, 2011). Em mais de 70 anos na Companhia de Jesus, muitos

de seus tratados foram impressos e difundidos, dentre eles: *Escola de Belém*, *Jesus nascido no presépio*, de 1678, em que são desvendados os ensinamentos do que Gusmão considera a primeira doutrina de Cristo: seu nascimento na lapinha de Belém; *Arte de criar bem os filhos na idade da puerícia*, de 1685, em que são formulados os preceitos de uma criação infantil adequada aos dogmas católicos, tendo como público-alvo, portanto, os pais; *Eleição entre o bem e o mal eterno*, de 1720, em que são contrapostos os tormentos do inferno às recompensas do céu, a fim de se promover ao leitor/ouvinte um desengano ainda em vida. Ainda há as obras póstumas *Árvore da vida*, *Jesus crucificado* e *O corvo e a pomba da arca de Noé no sentido alegórico e moral*, ambas de 1734: a primeira identifica Cristo crucificado à árvore da vida no paraíso terreal, mediante uma análise do sentido figurado de sua paixão e morte; a segunda parte da dessemelhança entre o corvo, ave de rapina, alegoria do espírito maligno e do pecador, e a pomba, ave mansa e sem fel, alegoria do espírito e da alma santos.

A mesma lógica antitética visível já nos títulos das obras de Gusmão – a que estrutura as relações entre a pomba e o corvo, o bem e o mal, o céu e o inferno – pode ser também observada na *História do Predestinado*. A fábula é bem tradicional e tributária do ensino jesuítico, tanto no que diz respeito à sua elaboração linguística, uma vez que calcada na retórica ensinada nos colégios da Companhia de Jesus, como também quanto ao seu conteúdo, que nada mais é que uma longa lição de teologia católica básica, ambos os aspectos, por sua vez, imbuídos de uma função pedagógica bem evidente. Na narrativa, os irmãos Predestinado e Pre-

1 Sobre o estudo das letras coloniais na escola, tratei em outros textos, aos quais remeto o leitor interessado (De Martini, 2016a; 2016b).

2 É importante não confundir o jesuíta com seu homônimo, o diplomata e poeta Alexandre de Gusmão (1695-1753), irmão do célebre Bartolomeu de Gusmão (1685-1724), do qual o jesuíta de que ora tratamos teria sido, por acaso, preceptor.

3 Doravante, mencionaremos a obra como *História do Predestinado*, para facilitar a leitura.

4 Segundo Leite (1993, p. 223), além de reedições em português, a obra em questão teria tido ainda duas edições em espanhol: uma em Barcelona e outra no México.

cito, embora partam do mesmo lugar, i.e., do Egito, acabam seguindo caminhos completamente opostos: enquanto Precito goza uma vida de prazeres terrestres, acabando nos tormentos da Babilônia, Predestinado trilha uma jornada repleta de percalços e de desenganos, encontrando a salvação em Jerusalém. As seis partes que compõem a obra correspondem aos seis momentos diferentes dessas trajetórias. Acompanhado por Razão e por seus filhos, Predestinado, em sua primeira etapa, chega a Belém, ou Cidade do Desengano, governada por Desengano e Verdade; em contrapartida, Precito, com Própria Vontade e com seus filhos, chega a Bethaven, ou Casa da Vaidade, governada por Engano e Mentira. Na segunda parte, Predestinado, já desenganado do mundo, hospeda-se em Nazaré, governada por Culto Divino e Religião, com quem aprende os sacramentos da Igreja; Precito, por sua vez, hospeda-se na cidade de Samaria, cujos governadores são Vício e Profanidade. Na terceira parte, Predestinado fica em Bethânia, Casa da Obediência, e conhece, com os governadores Preceito e Obediência, os dez mandamentos; já Precito encontra-se em Bethoron, Casa de Liberdade, governada por Apetite e Fantasia. Seguindo sua peregrinação, Predestinado chega a Cafarnaum, ou Casa de Penitência, governada por Rigor Santo e Penitência Justa; enquanto Precito chega a Éden, ou Cidade do Deleite, cujos governadores são Cidade e Delícia. Após penitenciar-se, Predestinado segue para Bethel, ou Cidade da Perfeição, onde aprende, com Caridade, a limpar, arar e plantar no terreno de sua alma; Precito, ao contrário, conhece Babel, ou Cidade da Confusão, governada por Pecado e Maldade. No fim das jornadas, os irmãos passam, novamente, pelo mesmo lugar – um espaço

estreito, chamado Trânsito ou Morte –, alcançando cada qual seu objetivo: Jerusalém e Babilônia, isto é, o Céu e o Inferno.

Pode-se observar que a *História do Predestinado* traz à tona muitas temáticas encontradas nos tratados de Gusmão, como os ensinamentos da lapinha de Belém, abordados na segunda parte da jornada de Predestinado; os destinos de ambos os irmãos, por se dirigirem ao bem e mal eternos; e, até mesmo, a própria configuração de Predestinado e Precito, opostos como a pomba e o corvo. Destinada, provavelmente, a alunos iniciantes na catequização, a narrativa centra-se, em especial, no caminho de Predestinado, o qual, servindo de exemplo a um possível leitor/ouvinte, aprende com o que vê e com quem encontra – diferente de Precito, exemplo de peregrino a quem não se deve seguir. Podendo ser tanto lida quanto ouvida (Massimi, 2012), a *História do Predestinado*, semelhante a um manual catequético que visa a um aprendizado de maior eficácia e proveito, utiliza a alegoria como instrumento didático e deleitoso: nela, tudo adquire um duplo sentido, passando do literal figurado ao tropológico e ao anagógico.

ACERCA DOS “USOS” DA LITERATURA

O sentido do termo “literatura”, conforme hoje o entendemos, é algo moderno e não encontra um correspondente exato antes disso. Segundo Ernst Robert Curtius, a palavra latina *litteratus* indica o conhecedor da gramática e da poesia; o termo *litteratura*, de onde ela provinha, foi o equivalente latino da palavra grega *grammatica* (Curtius, 2013, p. 78). Portanto, desde a Idade Média, os estu-

dos de literatura faziam parte da gramática, a primeira das sete artes liberais. Com base em textos que hoje chamaríamos de literários, o estudante aprendia latim e os tropos. Com a gramática, vinha a retórica, com o estudo dos gêneros retóricos, das partes do discurso e a prática da escrita. Os autores estudados eram, tanto os profanos quanto os cristãos, na verdade, “autoridades” que deveriam ser imitadas. Da coletânea de textos selecionados para estudo, começou-se a formar um cânone. Tais textos eram selecionados como portadores de um conhecimento atemporal, de “verdades” sobre o mundo, condensadas em sentenças (“apogemas”), ou em *exempla*, “exemplos de méritos e deméritos humanos”, aos quais foi incorporado o uso de imagens. Resta evidente, portanto, que o valor didático era o que direcionava a escolha dos autores do cânone e que “a educação”, como afirma Curtius, “é portadora da tradição literária”, isto é, a literatura é, em sua origem, uma invenção da escola, preservada por ela (Curtius, 2013, p. 71).

A gramática, muitas vezes, confundia-se com a retórica. Desde Aristóteles, costumou-se dividir os discursos em três gêneros: deliberativo, judicial e epidíctico. No discurso deliberativo, o orador, perante uma assembleia, aconselha ou desaconselha sobre o conveniente ou prejudicial a respeito de um tema futuro. Os argumentos, nesse caso, são os exemplos. O discurso judicial é proferido diante de um tribunal. Nele, o orador acusa ou defende baseado em fatos passados. Os argumentos utilizados aqui são os entimemas. O discurso epidíctico é executado na presença de um espectador. O orador, nesse caso, elogia a virtude ou censura os vícios de determinado fato presente. Através da amplificação, argumento típico desse gênero,

quem profere o discurso tentará vituperar ou enaltecer a matéria abordada.

A *Ratio Studiorum* jesuítica, formada a partir da atividade educacional da Companhia de Jesus em suas escolas, é, em grande parte, devedora dessa tradição medieval. Ali, os textos “literários” empregados tinham também uma finalidade precipuamente didática e, nela, a retórica terá um lugar de destaque.

Por isso, uma questão metodológica tem se imposto. Como afirma o crítico literário João Adolfo Hansen, o estudo de textos dos séculos XVI, XVII e XVIII deve remeter à “historicidade da história, à materialidade contingente dos processos produtivos” (Hansen, 2006b, p. 15). Assim, Hansen propõe um “trabalho arqueológico” que compreenda as circunstâncias nas quais esses textos foram produzidos, identificando assim os instrumentais teóricos mais adequados para analisá-los. Isso implica levar-se em consideração uma concepção providencialista da história, como também o caráter poético-retórico inerente a toda produção letrada do período. Esboçaremos, a seguir, uma análise da obra de Gusmão que procura atentar para esses critérios, a fim de averiguar sua relevância para uma abordagem da obra e, por extensão, para o estudo de literatura.

ALGUMAS ENCRUZILHADAS CRÍTICAS

Apesar de ser considerado o primeiro texto narrativo de cunho ficcional escrito no Brasil, seja ele tido como novela ou algo que o valha, há um grande silêncio a respeito da *História do Predestinado* nos manuais de história da literatura brasileira. Precisamos retornar à série *A literatura no Brasil*, orga-

nizada por Afrânio Coutinho, para encontrar algumas menções, ainda que vagas. No capítulo “José de Alencar e a ficção romântica”, o autor, Heron de Alencar, caracteriza a obra de Gusmão, juntamente ao *Compêndio do peregrino da América*, de Nuno Marques Pereira, como “antecedentes embrionários e isolados do nosso romance, sem qualquer continuidade, sem uma linha de desenvolvimento unitária” (Alencar, 1986, p. 232). Em outro capítulo, “O mito do ufanismo”, Eugênio Gomes (1986, p. 153) menciona a obra entre as preferências de Nuno Marques Pereira, ao abordar o *Compêndio narrativo*; esta sim, vale notar, uma obra que, embora claramente inventada a partir do modelo da *História do Predestinado*, como Pereira reconhece no prólogo, acabou contando com uma fortuna crítica maior, sendo encontrada com mais facilidade nos manuais. A exceção é a *História da literatura brasileira*, de Massaud Moisés (1983), na qual o autor comenta a obra de Gusmão com certa atenção.

O mesmo silêncio se percebe no tocante a teses e dissertações, no que, aliás, a obra de Gusmão não difere da maioria das obras do mesmo período, como já aludimos. Há alguns trabalhos acerca da *História do Predestinado*, a maioria deles interessada na questão da alegoria e do seu gênero, enquanto outros, como é o caso dos interessantes artigos de Massimi, preocupam-se mais com aspectos do seu conteúdo propriamente dito.

A primeira dificuldade que surge ao analisar a obra é, de fato, definir o seu gênero, algo que tende a ser um pouco menos complicado quando tratamos de obras modernas. Sinal dessa dificuldade encontra-se na forma como a crítica tem respondido a essa questão. Não restam dúvidas, entre os trabalhos já voltados à obra de Gusmão, de que a alegoria

em *História do Predestinado* perpassa todos os seus elementos narrativos; talvez, por isso, grande parte da crítica atual a classifique como uma “novela alegórica”. São os casos de Freitas (2011), que destaca *História do Predestinado* como a primeira novela alegórica escrita em língua portuguesa; de Moisés (1978), que a cita no verbete “novela”; de Sara Augusto (2010), que a trata como tal no tocante à ficção alegórica barroca entre fins do século XVII e inícios do XVIII; de Santos (2004) e de Moreira (2006), que admitem a classificação do gênero como passível de discussão, embora a defendam como um recurso destinado a agrupar diversos textos alegóricos em prosa, situando-os, assim, em um determinado período histórico e literário; por fim, o eminente historiador da Companhia de Jesus Serafim Leite chamou-a de “novela ascético-alegórica” (Leite, 1993, p. 223). Sara Augusto (2010), até mesmo, menciona *en passant* a problemática do gênero não só relativa à obra de Gusmão, mas também às de seus contemporâneos: “Sob a denominação de parábola, apólogo, fábula, metáfora e alegoria, se desenvolveu a literatura ficcional nas últimas duas décadas do século XVII e primeira metade do século XVIII, a ficção romanesca de carácter moral” (Augusto, 2010, p. 397).

É preciso reconhecer, na esteira de Sara Augusto, que havia, pelo menos até o século XIX, uma indeterminação quanto à nomenclatura dos gêneros narrativos em prosa. Isso não era novidade. Pode-se dizer o mesmo acerca, por exemplo, da noção de “romance grego antigo”, como analisa Jacyntho Lins Brandão (2005). Ausente das poéticas, a narrativa ficcional em prosa escrita em grego antigo acabou recebendo essa nomenclatura anacrônica, imprecisa em vários sentidos,

uma vez que o termo “romance” implica, originalmente, uma narrativa em verso escrita em “língua vulgar” (não em latim), ou ainda uma narrativa mais longa, escrita em prosa, definição que ainda aceitamos hoje. É nesse sentido que Augusto, na citação que encerra o parágrafo anterior, menciona uma “ficção romanesca de caráter moral”. Ou seja, narrativas longas, ficcionais, escritas em prosa, anteriores ao advento do romance moderno. Daí, a escolha do termo “novela alegórica”, em vez de “romance alegórico”, justifica-se pelo termo “novela” ser o mais comum em língua portuguesa, até o século XIX, para designar esse tipo de texto longo em prosa, até o termo “romance” impor-se. Depois disso, “novela” vai passar a designar textos mais curtos, confundindo-se, por vezes, com a noção de conto. A crítica tem tentado esmiuçar essas diferenças, o que tem sido uma tarefa um tanto improdutiva, pois é preciso reconhecer que o termo “novela” surge, como o próprio nome diz, para designar um gênero anteriormente não existente daquela forma, ou ainda carente de denominação, portanto “novo”. Com a modernidade, essa denominação perde sua razão de ser.

Erich Auerbach, em estudo dedicado à novela no início do Renascimento, na Itália e na França, reconhece que a “novela como narrativa com moldura veio do Oriente” (Auerbach, 2013, p. 21). Segundo o autor, essa moldura compreendia a atmosfera da obra; no caso, a estrutura cultural que subjazia ao texto. Assim, a novela chega como *exemplum* de questões filosóficas, teológicas ou morais. Seria Boccaccio quem conseguiria primeiro separar a narrativa dessa moldura que parecia sufocá-lo. O italiano escreveria sobre uma sociedade fechada, determinada, não mais sobre uma humanidade genérica,

digamos assim. Por sua vez, na França, ainda segundo Auerbach, Chevalier de La Tour-Landry criaria a moldura doméstica para a novela, no sentido em que o autor escreve uma obra destinada à educação de um membro de sua família. O didatismo, neste caso, ainda persiste. Contudo, em ambos os casos, parte-se para uma abordagem mais “realista”, contrária à alegorização que marcava a novela medieval.

No entanto, como chama a atenção Brandão, o próprio Boccaccio (apud Brandão, 2013, p. 28) reconhece a dificuldade de designar o gênero de suas narrativas: “Minha intenção é narrar cem contos (*novelle*), ou fábulas (*favole*), ou parábolas (*parabole*) ou histórias (*istorie*), ou como quisermos chamá-las (*Che dire Le vogliamo*)”.

Adma Muhana (1997), por sua vez, introduz ainda a noção de “epopeia em prosa seiscentista”, tendo por base um tratado de Manuel Pires de Almeida, para designar justamente esses textos que fugiam às classificações tradicionais derivadas sobretudo de Aristóteles, uma vez que, mesmo apresentando personagens de caráter elevado, compostos em estilo adornado, não eram em verso e não seguiam amiúde as normas tradicionais do épico, como a da unidade de ação e da autonomia dos episódios.

Contudo, Gusmão (1682), logo no subtítulo da obra, classifica-a como uma *parábola*: “Em a qual debaxo de huma misteriosa Parábola se descreue o sucesso feliz, do que se ha de saluar, & a infeliz sorte, do que se ha de condenar”. O uso da noção de parábola aqui está implicado não apenas a determinado gênero autorizado pelas Escrituras, mas também aos sentidos de interpretação do texto sagrado, conforme desenvolvido pela tradição exegética da Igreja. Daí a correspon-

dente noção de “alegoria” ser tão relevante para a análise da *História do Predestinado*.

As discussões acerca do tema “alegoria” e, por extensão, acerca da exegese bíblica são antigas e a literatura correspondente é imensa. Inicialmente, é bom ressaltar que a maioria dos autores usa a noção de alegoria em dois sentidos: a alegoria como forma de composição poético-retórica (a “alegoria dos poetas”) e a alegoria como forma de interpretação (a “alegoria dos teólogos”). Em decorrência disso, a literatura sobre o assunto aponta para os dois lados (cf. Hansen, 2006). Há diversos textos que trabalham com o conceito teológico de alegoria, como há tantos outros que se preocupam mais com o emprego literário do conceito. No entanto, devido à própria origem da “alegoria”, grande parte dos estudos apresenta uma convergência das duas abordagens, como faremos aqui.

A Companhia de Jesus havia colocado São Tomás de Aquino (1225-1274) como sua autoridade máxima. O “doutor angélico” propunha a existência de quatro sentidos nas Escrituras Sagradas. É preciso notar que a noção de que as Escrituras possuíam outro sentido além do literal estava enraizada no judaísmo, ao mesmo tempo em que os gregos haviam cunhado o termo “alegoria” (*allegoria/allegorein*: dizer uma coisa para significar outra) originalmente para interpretar passagens obscuras de Homero, e que, com transformações, vai florescer em meio à corrente helenizante do judaísmo em Alexandria, especialmente no trabalho de Fílon (20 a.C.-c. 50), e, posteriormente, de Clemente (c. 150-215) e Orígenes (c. 185-253).

Orígenes, seguido por Ambrósio (340-397) e pela tradição medieval, vê três níveis no evangelho: 1) o último nível, da vida pós-morte, que seguindo Apocalipse 14:6,

chama de evangelho eterno; 2) o evangelho temporal, que é o experimentado nesta vida, depois da vinda de Cristo; e 3) a lei, que oferece a sombra, a esperança, a intimação das coisas por vir. Desse modo, Orígenes mescla uma tipologia horizontal (o Antigo Testamento é uma sombra do Novo Testamento) com uma tipologia vertical, anagógica (o Novo Testamento é uma sombra das realidades celestiais) (cf. O’Keefe & Reno, 2005, pp. 56-63).

Por volta do século IV, João Cassiano (c. 370-435) já havia proposto uma variação da divisão tripartida dos sentidos da *Bíblia* conforme havia sido antecipada por Orígenes. Primeiramente, Cassiano distingue a *historica interpretatio* da *spiritualis intelligentia*, ou seja, a interpretação literal da espiritual. A partir disso, ele propõe três tipos de interpretação espiritual: *tropologia* (a interpretação moral), *allegoria* (a interpretação tipológica) e *anagoge* (a referência às realidades celestiais a partir das terrestres). Assim, Cassiano chegou a sua divisão quadripartida ao dividir a interpretação espiritual de Orígenes em duas: alegórica e anagógica. Essa é provavelmente a primeira divisão quadripartida dos sentidos das Escrituras, a qual vai ter influência determinante na exegese medieval, como veremos a seguir (Simonetti, 1994, p. 119).

Na Idade Média, apesar de haver discussões sobre a quantidade de sentidos possíveis nas Escrituras (desde dois até mesmo cinco), houve certo consenso de que havia um sentido literal e três espirituais (tropológico/moral, alegórico/cristológico e anagógico). No entanto, o que se percebe a partir do século XII é que se inicia uma tendência de dar maior importância ao sentido literal. Boaventura (1221-1274) e, depois dele, Tomás de

Aquino reforçam que é somente a partir da correta compreensão do sentido literal que se pode avançar para o espiritual. Ademais, o que se vai postular, principalmente a partir de Aquino, é que não há nada afirmado alegoricamente na *Bíblia* que não tenha sido afirmado literalmente em outro lugar. O sentido literal será então ligado às palavras e à intenção do autor humano do texto, enquanto o sentido espiritual será ligado às coisas e, por extensão, a seu criador, Deus (cf. Minnis et al., 1988, pp. 202-5). O que Aquino chama de sentido histórico ou literal corresponde ao que Santo Agostinho chama de “signo próprio” e Beda, de “*allegoria in verbis*” (Hansen, 2006, p. 121). Para Aquino, os signos verbais das escrituras, e não as coisas indicadas por eles, são reveladores – como palavras. O conhecimento religioso parte da mente agindo sobre palavras, e não sobre coisas além das palavras. Aquino, porém, não será o único a afirmar que o sentido figurativo das palavras bíblicas está compreendido no sentido literal, a que chamaria de “sentido literal figurado” ou “parabólico”, já que as parábolas servir-lhe-iam de exemplo. Foi essa concepção que levou à afirmação, já no século XIV, do sentido literal duplo (*duplex sensus litteralis*) (cf. Minnis et al., 1988, p. 205).

Como afirma Hansen, para Aquino, o sentido literal das parábolas não está nas figuras que emprega, mas no figurado, “não a expressão ‘o braço de Deus’, mas a própria potência de Deus” (Hansen, 2006, p. 122). Assim, “o sentido literal próprio é a ficção: o sentido literal figurado é o significado ou significação” (Hansen, 2006, p. 122).

Portanto, o que é figurado na *História do Predestinado*, por meio de uma ficção, no caso, as trajetórias de vida dos irmãos Predestinado e Precito, depois que saíram

do Egito, não é verdadeiro, no sentido em que esses personagens não existiram, mas aquilo que essa história figura, isto é, “o sucesso feliz, do que se ha de salvar, & a infeliz sorte, do que se ha de condenar”, é verdade. Tal concepção é explicada logo no prólogo:

“Vem a ser em Parábola a história de todo aquele que seguindo os passos que nesta vida leva, se seguindo o caminho que tomou: ou se salva, ou se condena. E que, nesta forma, tanto para mover a curiosidade do leitor, como para imitar o aflito de Cristo nosso Mestre e Senhor, do qual diz o Evangelista que nunca jamais pregava ao povo senão debaixo de alguma parábola, como que explicava a verdade de sua doutrina” (Gusmão, 1682, pp. 58-9).

Ao final da obra, afirma novamente o narrador:

“Agora te pergunto a ti, que isto lês: isto que em parábola te represento não é o que na verdade se passa entre nós? [...] Não é de Fé que todos nós, que somos peregrinos, uns são Precitos, outros Predestinados? Caim e mais Abel não foram ambos irmãos, ambos Peregrinos, um Precito, outro Predestinado? Jacó e Esaú não foram irmãos, filhos do mesmo pai e da mesma mãe, não foi Jacó Predestinado, e não foi Precito Esaú? Não diz Cristo no Evangelho que de dois que se acharem no campo ao tempo de juízo um se há de salvar, outro se há de condenar? Não é o que se salva Predestinado, não é o que se perde Precito?” (Gusmão, 1682, p. 198).

Aqui temos um ponto importante para compreendermos o gênero da obra, não

por acaso chamada de “história”. Conforme reconhece Muhana (1997), e confirmamos no excerto supracitado de Boccaccio, “história”, à época, era um termo amplo para uma gama muito vasta de “narrativas”. Ao mesmo tempo, em um sentido estrito, “história” significava um discurso verdadeiro, em relação a outros relatos fictícios, típicos da poesia, por exemplo. Ao chamar sua obra de “história”, Gusmão abarca os dois sentidos: é uma narrativa, em seu sentido histórico ou literal, ainda que figurado, mas também é verdade, porque o que é figurado pela narrativa é uma verdade autorizada pela doutrina da Igreja, que é o seu real sentido. Daí sua *utilitas* para o leitor. A história dos dois irmãos seria então a história de todos nós, com a qual o leitor deveria aprender o caminho “certo” e o “errado”; a história de Predestinado é um *exemplum*, daí o proveito de sua leitura.

Para confirmar tal assertiva, voltemos ao texto. Na segunda parte, Predestinado vai a Nazaré, onde conhece um jardim que possuía três guardas: Lição, Oração e Meditação:

“Entrou primeiro em casa de Lição, que aplicada toda a um livro espiritual habitava em uma formosa livraria toda de livros sagrados, devotos e honestos, e nenhum só livro de comédias ou **novelas** se achava ali, porque semelhantes livros se não devem achar nas livrarias de Nazaré, quero dizer nas mãos dos que vivem pia e religiosamente. E, para que os Peregrinos que ali entrassem soubessem como haviam de tratar e teor os livros daquela livraria, estavam por cima escritas as palavras de Cristo: *Quomodo legis?* De que sorte lêis? Lêis para proveito ou para passatempo? Se para passatempo, tempo perdido será; se para proveito, será

grande o que da lição espiritual tirará, porque, como diz Santo Agostinho, a lição espiritual nos ensina a aborrecer o terreno e amar o celestial” (Gusmão, 1682, p. 88 – grifos e negrito nossos).

É bem possível que atribuir a classificação de “novela” ao texto de Gusmão teria sido considerado pelo próprio uma ofensa, pois, para o autor, como resta evidente, “novelas” eram textos puramente ficcionais, ou “fingidos”, como se dizia na época, cuja intenção não era nada além do que serem um “passatempo”, não tendo, por conseguinte, nenhum proveito para o aprendizado de uma vida virtuosa, mas o contrário. Gusmão possivelmente tinha em mente as novelas de cavalaria e outras de aventura e amor, à semelhança dos “romances gregos”.

Essa divisão entre ficção e verdade remete ao que o crítico canadense Northrop Frye chama de “modos ficcionais” e “modos temáticos”. Os primeiros remetem à noção aristotélica de *mythos*, à fábula, ou seja, remetem a obras em que esta ocupa o lugar primordial; os segundos remetem, por sua vez, à noção aristotélica de *dianoia*, ou pensamento, isto é, ao que Auerbach chama de “moldura”, à relação entre o escritor e sua sociedade. É claro que esses elementos geralmente vêm juntos, pelo menos potencialmente, pois, muitas vezes, deslindar um “tema” em uma obra ficcional depende de determinada postura interpretativa do leitor. Conforme explica Frye (2014, p. 170):

“Quando uma obra de ficção é escrita ou interpretada tematicamente, ela se torna uma parábola ou fábula ilustrativa. Todas as alegorias formais possuem, *ipso facto*, um interesse temático forte, embora disso não se

possa concluir, como frequentemente se faz, que qualquer crítica temática de uma obra de ficção irá torná-la uma alegoria (embora seja possível que isso aconteça, como de fato ocorre, conforme veremos). A alegoria genuína é um elemento estrutural na literatura: ela deve estar ali e não pode ser acrescentada apenas pela interpretação crítica”.

No caso da *História do Predestinado*, seu caráter alegórico é evidente, pois não apenas o próprio autor alega ser uma parábola (ou seja, está escrita no *modus parabolicus* de Aquino), como é toda ela composta com personificações comuns na literatura cristã, cuja primeira manifestação possivelmente seja, conforme afirma Lewis (2012), a *Psychomachia* de Prudêncio (348-c. 410). Quem imita Predestinado, imita Cristo; Cristo é a verdade, e é isso o que importa. Como afirma novamente Frye (2014, p. 492):

“Para a maioria dos leitores, mito, lenda, reminiscência histórica e história verdadeira são inseparáveis na *Bíblia*; e mesmo o que é fato histórico não está lá porque é ‘verdadeiro’, mas porque é miticamente significativo. As genealogias em Crônicas podem ser história autêntica; o Livro de Jó é claramente um drama imaginativo, mas o Livro de Jó é mais importante e próximo à prática de Cristo da revelação através de parábolas. A prioridade do mito em frente ao fato é religiosa, como também literária; em ambos os contextos, a relevância da história do dilúvio repousa em seu *status* imaginativo como um arquétipo, um *status* que nenhuma camada de barro no topo da Suméria jamais irá justificar. Quando aplicamos esse princípio aos Evangelhos, com todas as variações em suas narrativas, o aspecto descritivo deles também

se dissolve. A base de sua forma é alguma coisa diferente da biografia, assim como a base da história do Êxodo é alguma coisa diferente da história.

Nesse ponto, a visão analítica da *Bíblia* começa a entrar em foco como seu aspecto temático. À medida que o contínuo mito ficcional começa a parecer ilusório, que o texto se parte em fragmentos cada vez menores, ela assume a aparência de uma sequência de epifanias, uma descontínua, mas corretamente ordenada série de momentos significativos de apreensão ou visão”.

Fazendo uma analogia com a *Bíblia*, a *História do Predestinado* faria parte do “modo temático”, segundo o esquema de Frye, porque sua intenção repousa no ensinamento do correto caminho do homem na terra, conforme revelado no exemplo de Cristo. O pouco interesse despertado pelo *mythos* da *História do Predestinado*, i.e., por sua fábula, que, inevitavelmente, desperta o tédio no leitor moderno não sensível ao mito cristão, deve-se ao fato de que não era a primaz intenção do autor que seu texto servisse de “passatempo” puro e simples; seu deleite adviria do ensinamento proporcionado pela narrativa, pelos *exempla*, como visto, não pela curiosidade da fábula, toda ela previsível. Mais ainda, a sequência de écfrases e emblemas que permeiam a obra, caros também à tradição cristã, aponta para esse caráter fragmentário aparente da fábula. A sequência narrativa, fundamental na novela de aventura e de amor, é despcienda aqui. Sua coerência não é horizontal, mas vertical, para citar novamente Auerbach, porque remete à Providência divina, à verdade da Revelação contida nas Escrituras e ao

magistério da Igreja, elementos exteriores à fábula e que a sustentam.

Voltando a Aquino, o sentido tropológico aponta para uma instrução implicada no signo para o comportamento humano. Como afirmara Cassiano, o sentido histórico se refere ao passado, o alegórico também se refere a coisas já ocorridas, mas que, diferentemente do anterior, apontam para outras coisas misteriosas; o sentido tropológico ajuda o cristão a viver uma vida melhor e o sentido anagógico aponta para a vida no Céu. Assim, todos os sentidos se encontram envolvidos para se alcançar uma compreensão espiritual mais elevada (Strubel, 1975). Mais ainda, a divisão do sentido espiritual em três espécies aponta para a própria história da salvação: o sentido alegórico/tipológico remete ao Antigo Testamento; o tropológico, ao Novo Testamento, quando Cristo se torna modelo a ser imitado; e o anagógico aponta para o fim dos tempos (Prügl, 2005, p. 394).

Na sexta parte, *Predestinado*, antes de entrar em Jerusalém, passa pelo Purgatório. Só então pode entrar na cidade sagrada, a “Jerusalém Celeste”, que é a do fim dos tempos. Trata-se, pois, do sentido anagógico de Jerusalém. É o que encontramos no Livro do Apocalipse (capítulos 20 e 21), com o castigo da Babilônia (“a grande prostituta”) – não por acaso do destino de Precito – e a chegada da “cidade santa”, uma “Jerusalém nova”, que é o Céu, destino final do *Predestinado Peregrino*.

Percebe-se, por fim, o evidente caráter epidítico da *História do Predestinado*. Louvando *Predestinado* e vituperando *Precito*, Gusmão mostra o caminho certo para seus aprendizes, por meio de *exempla*, como também de diversos apotegmas, que são os “ditames” com que o autor encerra cada parte

de sua obra. Um tanto quanto desconectados uns com os outros, cada ditame, assim como as écfrases, possuem uma coerência vertical, temática.

Na última parte da obra, a sexta, que serve como epílogo, temos uma peroração, última parte de um discurso retórico, como vemos mais claramente nos sermões, e que sintetiza o todo da *História do Predestinado*:

“Pois consideremos devagar por onde caminharam nossos irmãos *Predestinados*, por onde nossos irmãos *Precitos*, e veremos como por estes mesmos passos vieram a parar os *Precitos* no Inferno e os *Predestinados* na Glória. Desenganai-vos, ó peregrinos que leem esta história, que não há outro caminho para o Paraíso da Glória senão por onde caminhou *Predestinado Peregrino*, não há outro caminho para o Inferno senão por onde foi o *Peregrino Precito*. Desenganai-vos que pela vaidade da vida, pelas demasiadas riquezas, pelas delícias e pelos regalos, pelos deleites da carne, pela ambição da honra e da vingança se vai direto para Babilônia, que é o Inferno. Desenganai-vos, que só pelo desengano deste mundo, pela piedade e pela devoção, pela observância da Lei de Deus, pela penitência e pelas tribulações, pelo amor e pela caridade de Deus se vai seguro para Jerusalém, que é a Glória” (Gusmão, 1682, p. 198).

Assim, vê-se como a obra de Gusmão, na esteira das “novelas alegóricas” medievais, propõe um sentido outro; no caso, escrita como parábola (*modus parabolicus*), seu sentido literal é o da alegoria verbal, que aponta para o ensinamento da Igreja e o exemplo de Cristo. Sendo esses a verdade, ela é a história de todo homem, desde sem-

pre e até o fim dos tempos. Interpretada em seu sentido moral, proporciona ao leitor exemplos e ditames para que seja um bom cristão e chegue a Jerusalém, que, em sentido anagógico, é a vida eterna depois da morte terrena.

À GUIA DE CONCLUSÃO: AS LETRAS COLONIAIS E O ESTUDO DE LITERATURA

Perseguindo a “arqueologia literária” a que se refere Hansen, o presente estudo almejou demonstrar, ainda que brevemente, a importância de recuperar os elementos que são pertinentes à análise de textos do passado a partir de sua própria historicidade. No caso, a questão do gênero, da alegoria, procurando mostrar a relação intrínseca entre as características retórico-poéticas desse tipo de texto e sua “moldura”, ou “tema”, no caso, os elementos proporcionados pela teologia tributária ao magistério da Companhia de Jesus, dando especial atenção à questão da interpretação.

Além disso, procurou-se mostrar a ligação entre os textos utilizados na escola e os propósitos do ensino em cada tempo, o que os manuais de historiografia literária parecem às vezes desconsiderar, dando mais

atenção, aparentemente, a textos que teriam mais significado e interesse para o leitor moderno, ou que teriam tido mais fortuna na tradição literária.

No entanto, procuramos salientar que mesmo uma obra “antiquada” pode ser interessante para a crítica e, por extensão, para o estudante de letras, caso abordemos noções caras aos estudos literários de qualquer tempo, como as noções de verdade e ficção, de “intenção do autor” e livre interpretação. Ainda que façam parte de discussões recorrentes na crítica literária, essas se enriquecem, queremos crer, quando encaradas historicamente.

Por fim, a aproximação da análise “literária” de seu ponto de vista histórico com teorias literárias modernas, como a de Frye, mostra que essas abordagens não são necessariamente excludentes, mas podem ser complementares. Assim, anacronicamente, podemos dizer que a *História do Predestinado* é uma novela, mas é complicado fazê-lo sob o ponto de vista de sua temporalidade. Seu interesse preponderantemente “temático”, por sua vez, não pode ser deixado de lado e abordá-lo, mais do que nunca, é uma forma de questionar as relações entre as “verdades” e o tempo, algo primordial numa época em que, ao que parece, crenças e verdades se confundem.

BIBLIOGRAFIA

- ALENCAR, Heron de. "José de Alencar e a ficção romântica", in Afrânio Coutinho. *A literatura no Brasil*. Vol. 3, 3ª ed. Niterói, Editora da UFF, 1986, pp. 231-321.
- ARISTÓTELES. *Poética*. Trad. Manuel Alexandre Júnior. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2005.
- AUERBACH, Erich. *A novela no início do Renascimento: Itália e França*. Trad. Tercio Redondo. São Paulo, Cosac Naify, 2013.
- _____. *Mimesis*. Trad. Equipe Perspectiva. São Paulo, Perspectiva, 1994.
- AUGUSTO, Sara. *A alegoria na ficção portuguesa do Maneirismo e do Barroco*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbekian, 2010.
- BARNEY, Stephen A. *Allegories of history, allegories of love*. Hamden, Archon Books, 1979.
- BRANDÃO, Jacyntho Lins. *A invenção do romance*. Brasília, Editora UnB, 2005.
- DE MARTINI, M. "Ainda há lugar para os clássicos na escola? O cânone e os documentos oficiais sobre o ensino de literatura", in *Em Tese*, v. 22, n. 3. Belo Horizonte, set.-dez./2016a, pp. 183-202.
- _____. "Fantasmas no sótão: as letras coloniais na escola", in Marcus De Martini; Raquel Trentin Oliveira; Renata Farias de Felipe (orgs.). *Literatura na escola: teoria, prática e (in)disciplina*. Santa Maria, PPG, 2016b, pp. 117-45.
- FREITAS, César Augusto Martins Miranda de. *Alexandre de Gusmão: da literatura jesuíta de intervenção social*. Tese de doutorado em Literaturas e Culturas Românicas. Porto, Universidade do Porto, 2011.
- FRYE, Northrop. *Anatomia da crítica: quatro ensaios*. Trad. Marcus De Martini. São Paulo, É Realizações, 2014.
- GOMES, Eugênio. "O mito do ufanismo", in Afrânio Coutinho. *A literatura no Brasil*. Vol. 2, 3ª ed. Niterói, Editora da UFF, 1986, pp. 126-61.
- GUSMÃO, Alexandre de. *Historia do Predestinado Peregrino, e seu irmão Precito: em a qual debaxo de huma misteriosa Parabola se descreue o sucesso feliz, do que se ha de salvar, & a infeliz sorte, do que se ha de condenar*. Lisboa, Oficinas de Migvel Deslandes, 1682.
- HANSEN, João Adolfo. *Alegoria: construção e interpretação da metáfora*. São Paulo/Campinas, Hedra/Editora da Unicamp, 2006a.
- _____. "Letras coloniais e historiografia literária", in *Revista Matraca*, n. 18. Rio de Janeiro, jan.-jun./2006b, pp. 13-44.
- _____. "Alguns preceitos da invenção e elocução metafóricas de emblemas e empresas", in *Revista Chilena de Literatura*, n. 85, nov./2013, pp. 43-73. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/23611606>. Acesso em: 8/8/2018.
- LALITHA, P. R. *Allegory in the plays of Sam Shepard*. Thesis Department of English, University of Calicut, 2003.
- LEITE, Serafim. *Breve história da Companhia de Jesus no Brasil: 1549-1760*. Braga, A.I., 1993.
- LEWIS, C. S. *Alegoria do amor*. Trad. Gabriele Greggersen. São Paulo, É Realizações, 2012.
- MASSIMI, Marina. *A novela História do Predestinado Peregrino e de seu irmão Precito (1682): compêndio dos saberes antropológicos e psicológicos no Brasil Colonial*. São Paulo, Edições Loyola, 2012.

- MINNIS, A. J.; SCOTT, A. B., WALLACE, D. (eds.). *Medieval literary theory and criticism, c. 1100-c. 1375: the commentary-tradition*. Oxford/New York, Clarendon Press/Oxford University Press, 1988.
- MOISÉS, Massaud. *Dicionário de termos literários*. 2ª ed. São Paulo, Cultrix, 1978.
- _____. *História da literatura brasileira*. Vol. 1. São Paulo, Cultrix, 1983.
- MOREIRA, Maria Micaela Dias Pereira Ramon. *A novela alegórica em português dos séculos XVII e XVIII: o Belo a serviço do Bem*. Tese de doutorado em Literatura Portuguesa. Braga, Universidade do Minho, 2006.
- MUHANA, Adma. *A epopeia em prosa seiscentista: uma definição de gênero*. São Paulo, Fundação Editora da Unesp, 1997.
- O'KEEFE, John J.; RENO, R. R. *Sanctified vision: an introduction to early christian interpretation of the Bible*. Baltimore, Johns Hopkins University Press, 2005.
- PRÜGL, Thomas. "Thomas Aquinas as interpreter of scripture", in J. Wawrykow; R. van. Nieuwenhove (eds.). *The theology of Thomas Aquinas*. University of Notre Dame Press, 2005.
- SANTOS, Zulmira. "Emblemática, memória e esquecimento: a geografia da salvação e da condenação nos caminhos do 'prodesse ac delectare' na *História do Predestinado Peregrino e seu irmão Precito* (1682) de Alexandre de Gusmão SJ [1629-1724]", in *Actas do colóquio A Companhia de Jesus na Península Ibérica*. Porto, Ciuhe, 2004, pp. 581-99.
- SIMONETTI, Manlio. *Biblical interpretation in the Early Church: an historical introduction to Patristic exegesis*. Edinburgh, T&T Clark, 1994.
- STRUBEL, Armand. "'Allegoria in factis' et 'allegoria in verbis'", in *Revue Poétique*, n. 23. Paris, Seuil, 1975, pp. 342-57.